

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Apelação n.º 0500268-20.2018.8.05.0141 – Comarca de Jequié/BA Apelante: Priscila Nascimento Tose Defensor Público: Dr. Henrique Alves da Silva Apelado: Ministério Público do Estado da Bahia Promotor de Justiça: Dr. Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães Origem: 1ª Vara Criminal da Comarca de Jequié Procurador de Justiça: Dr. Aderbal Simões Barreto Procurador de Justiça: Dr. Daniel de Souza Oliveira Neto Relatora: Desa. Rita de Cássia Machado Magalhães ACÓRDÃO APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI N.º 11.343/2006) E POSSE ILEGAL DE ARTEFATOS EXPLOSIVOS (ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO III, DA LEI N.º 10.826/2003). PRELIMINAR DE NULIDADE DA PROVA, SOB A ALEGATIVA DE QUE FORA OBTIDA POR MEIO ILÍCITO. INACOLHIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS E POSSE ILEGAL DE ARTEFATOS EXPLOSIVOS. CRIMES DE NATUREZA PERMANENTE. DILIGÊNCIA POLICIAL PRECEDIDA DE FUNDADAS RAZÕES QUE LEVARAM À SUSPEITA DA PRÁTICA DELITIVA. PREFACIAL AFASTADA. PLEITO ABSOLUTÓRIO. INALBERGAMENTO. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS COMPROVADAS DE FORMA INEQUÍVOCA NO CONJUNTO PROBATÓRIO. PRETENSÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS PARA O DELITO DE USO PRÓPRIO (ART. 28, DA LEI N.º 11.343/2006). INVIABILIDADE. ELEMENTOS DE PROVA SUFICIENTES PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO PELA INFRAÇÃO PENAL TIPIFICADA NO ART. 33, CAPUT, DA LEI N.º 11.343/2006. PEDIDO DE APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI DE DROGAS, EM SEU PATAMAR MÁXIMO. INADMISSIBILIDADE. ELEMENTOS CONCRETOS QUE REVELAM A DEDICAÇÃO DA SENTENCIADA ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS. PRELIMINAR REJEITADA. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. I – Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por Priscila Nascimento Tose, insurgindo-se contra a sentença que a condenou às penas de 08 (oito) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 100 (cem) dias-multa, no valor unitário mínimo, pela prática dos delitos tipificados no art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/2006, e art. 16, parágrafo único, inciso III, da Lei n.º 10.826/2003, na forma do art. 69, do Código Penal. A Sentenciada Priscila Nascimento Tose foi intimada da sentença, por edital (fl. 257 da ação penal de origem – SAJ 1º grau). II – Narra a denúncia (fls. 01/02) que, em 23/01/2018, por volta das 21h40, no Bairro Curral Novo, em Jequié, as Denunciadas Aline dos Santos Batista e Priscila Nascimento Tose foram presas em flagrante, a primeira Acusada, sob a acusação de portar 10 (dez) munições de calibre 38, e a segunda Ré, sob a acusação de guardar, em sua residência, cocaína, maconha, explosivos, emulsões de explosivos e espoletas de detonação, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Restou apurado que, em diligência realizada no Bairro Curral Novo, agentes policiais abordaram Aline dos Santos Batista, que conduzia uma motocicleta, tendo sido encontradas, no compartimento interno do referido veículo, 10 (dez) munições de calibre 38. Segundo Aline, tais objetos teriam sido pegos na residência de Priscila Nascimento Tose, localizada na Avenida dos Operários. Em seguida, a guarnição deslocou-se até o citado local, onde encontrou a Denunciada Priscila. Em busca efetuada no mencionado imóvel, no quarto de Priscila, os Policiais encontraram 08 (oito) explosivos de demolição, 94 (noventa e quatro) emulsões de explosivos grandes encartuchados, 01 (um) tablete de cocaína, 01 (uma) porção de maconha, 01 (um) coldre de revólver, 01 (uma) balança de precisão e 02 (duas) fitas adesivas. Em outro cômodo, na mesma casa, foram encontradas mais 05 (cinco) espoletas de detonação. Conforme as investigações, Priscila Nascimento Tose guardava o material em sua residência a pedido de Mateus Shrek, conhecido por integrar organização criminosa relacionada ao tráfico de drogas. III – Em suas razões de

inconformismo, em apertada síntese, suscita a Apelante, preliminarmente, a nulidade da prova, sob a alegativa de que fora obtida por meio ilícito; no mérito, postula a absolvição; subsidiariamente, desclassificação para o crime tipificado no art. 28, da Lei n.º 11.343/2006, bem como aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, do mesmo diploma legal, em sua fração máxima. IV – Prefacialmente, em que pese as alegativas formuladas pela defesa, inexistente nulidade a ser reconhecida. Conforme jurisprudência assente no E. Superior Tribunal de Justiça, embora o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, garanta ao indivíduo a inviolabilidade de seu domicílio, tal direito não é absoluto, pois, tratando-se de crimes de natureza permanente, mostra-se prescindível o mandado de busca e apreensão para que os Policiais adentrem o domicílio do Acusado. Acerca do tema, o Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário submetido à sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que, dentro da casa, ocorre situação de flagrante delito (RE 603.616/T0, Tribunal Pleno, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 10/5/2016). V – Na hipótese sob exame, conforme prova oral colhida nos autos, existiam fundadas suspeitas acerca do cometimento de crime no interior do domicílio da Apelante, diante da confissão da corré Aline, justificando o ingresso dos agentes policiais no referido local, independentemente de autorização judicial. Isto posto, considerando que a ação policial se pautou em fundadas suspeitas para o ingresso na residência, não há que se falar em invasão de domicílio. Afasta-se, portanto, a sobredita preliminar. VI – No mérito, não merece acolhimento o pleito absolutório. Na espécie, a materialidade e autoria delitivas restaram sobejamente demonstradas através do auto de exibição e apreensão (fl. 08), laudos periciais (fls. 36, 37, 38, 40/42, 62/64, 65/66, 67 e 68) e demais provas colhidas nos autos, merecendo destaque os depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação e a confissão da corré Aline dos Santos Batista – transcritos na sentença. Oportuno registrar que a função de policial não afasta a credibilidade dos depoimentos prestados, mormente quando se apresentam coerentes e harmônicos com os demais elementos e circunstâncias colhidos dos autos, e quando oferecidos em juízo, sendo oportunizado o contraditório. VII – Vale lembrar que, para a configuração do crime de tráfico não se exige a efetiva prática de atos de comercialização da substância entorpecente. Pratica o delito de tráfico não apenas aquele que comercializa a droga, mas todo aquele que, de algum modo, participa da produção e da circulação de substância entorpecente. O tipo penal contido no art. 33, da Lei n.º 11.343/2006, é crime permanente, de ação múltipla e de mera conduta, sendo irrelevante a prova da traficância. São várias ações identificadas pelos diversos verbos e o delito se consuma com a prática de qualquer das hipóteses previstas. No caso, as circunstâncias em que se deram os fatos fornecem os elementos de convicção que concluem pelo acerto da condenação da Apelante pelos crimes tipificados no art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/2006, e art. 16, parágrafo único, inciso III, da Lei n.º 10.826/2003, não havendo, portanto, que se falar em absolvição. VIII – Inacolhe-se, também, o pedido de desclassificação do crime de tráfico de drogas para o delito tipificado no art. 28, da Lei n.º 11.343/2006. Destaca-se que não basta a simples alegação de que a Acusada seria usuária de drogas para que reste afastada, de plano, a imputação quanto ao delito de tráfico ilícito de entorpecentes, eis que não é incomum a figura do usuário-trafficante – aquele que se envolve na

traficância para sustentar seu vício. Nos termos do § 2º do art. 28, da Lei de Drogas, para “determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o Juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”. Na hipótese vertente, como visto, a materialidade e autoria do delito de tráfico de drogas restaram sobejamente demonstradas nos autos, merecendo destaque os depoimentos judiciais das testemunhas arroladas pela acusação.

IX – No que tange à dosimetria das penas, inviável qualquer reparo. Na primeira fase, o Magistrado singular fixou as penas-base no mínimo legal: 05 (cinco) anos de reclusão (para o crime de tráfico de drogas) e 03 (três) anos de reclusão (para o delito de posse ilegal de explosivos), tornando-as definitivas em razão da ausência de agravantes ou atenuantes, bem como de causas de aumento ou de diminuição. Em razão do concurso material, a Apelante restou condenada à pena privativa de liberdade definitiva de 08 (oito) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto. A pena de multa definitiva total foi estipulada em 100 (cem) dias-multa, no valor unitário mínimo. X – Requer a defesa o reconhecimento do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/2006, em favor da Apelante, todavia, não merece acolhimento tal pretensão. Cumpre lembrar que – conforme jurisprudência assente no Superior Tribunal de Justiça – mesmo em caso de Recurso de Apelação exclusivo da defesa, é possível que o Órgão Judicial de segunda instância, em razão do efeito devolutivo amplo da mencionada espécie recursal, inove na fundamentação utilizada nas etapas da dosimetria da pena, desde que a situação final do réu não seja agravada. XI – Posto isto, passa-se à análise da pretensão de incidência da minorante. Nos termos do disposto no § 4º do art. 33, da Lei n.º 11.343/2006, os condenados pelo crime de tráfico de drogas terão a pena reduzida, de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), quando forem reconhecidamente primários, possuírem bons antecedentes e não se dedicarem a atividades criminosas ou integrarem organizações criminosas. Ao instituir o referido benefício legal, o legislador teve como objetivo conferir tratamento diferenciado aos pequenos e eventuais traficantes, não alcançando, portanto, aqueles que fazem do tráfico de entorpecentes um meio de vida. XII – No caso concreto, houve a apreensão de 01 (uma) porção, em forma de tablete, de cocaína em pó, pesando 293,50 g (duzentos e noventa e três gramas e cinquenta centigramas) – fls. 37 e 65; 01 (uma) porção de maconha, acondicionada em uma sacola plástica, pesando 77,50 g (setenta e sete gramas e cinquenta centigramas) – fls. 38 e 66; uma embalagem de cartucho de arma de fogo, lacrada, acondicionando 10 (dez) cartuchos de arma de fogo; um coldre; 02 (dois) rolos de fita adesiva – fls. 36 e 68; 08 (oito) unidades de embalagens cilíndricas, conhecidas popularmente como “bananas de dinamite”, acondicionadas em invólucros plásticos com grampos metálicos nas extremidades; outras 04 (quatro) unidades de embalagens cilíndricas, conhecidas como “bananas de dinamites”; 05 (cinco) unidades de espoletas comuns não detonadas – fls. 40/42 e 62/64; e uma balança digital (fl. 67). Assim, as circunstâncias da empreitada delituosa são suficientes para demonstrar a dedicação da Apelante às atividades criminosas. Destarte, mantém-se incólume a sentença objurgada no que concerne à não incidência do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/2006. XIII – Finalmente, digno de registro que, embora a pena de multa definitiva imposta à Apelante tenha sido estipulada em 100 (cem) dias-multa, quantum inferior ao mínimo previsto para o crime de tráfico de drogas, não é possível qualquer modificação do decisio

recorrido neste particular, sob pena de ofensa ao princípio do non reformatio in pejus. XIV – Parecer da Procuradoria de Justiça, pelo improvimento do Apelo. XV – PRELIMINAR REJEITADA. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0500268–20.2018.8.05.0141, provenientes da Comarca de Jequié/BA, em que figuram, como Apelante, Priscila Nascimento Tose, e, como Apelado, o Ministério Público do Estado da Bahia. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Colenda Segunda Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em conhecer do Recurso, REJEITAR A PRELIMINAR e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO AO APELO, e assim o fazem pelas razões a seguir expostas no voto da Desembargadora Relatora. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e não provido Por Unanimidade Salvador, 21 de Junho de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Apelação n.º 0500268–20.2018.8.05.0141 – Comarca de Jequié/BA Apelante: Priscila Nascimento Tose Defensor Público: Dr. Henrique Alves da Silva Apelado: Ministério Público do Estado da Bahia Promotor de Justiça: Dr. Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães Origem: 1ª Vara Criminal da Comarca de Jequié Procurador de Justiça: Dr. Aderbal Simões Barreto Procurador de Justiça: Dr. Daniel de Souza Oliveira Neto Relatora: Desa. Rita de Cássia Machado Magalhães RELATÓRIO Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por Priscila Nascimento Tose, insurgindo-se contra a sentença que a condenou às penas de 08 (oito) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 100 (cem) dias-multa, no valor unitário mínimo, pela prática dos delitos tipificados no art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/2006, e art. 16, parágrafo único, inciso III, da Lei n.º 10.826/2003, na forma do art. 69, do Código Penal. A Sentenciada Priscila Nascimento Tose foi intimada da sentença, por edital (fl. 257 da ação penal de origem – SAJ 1º grau). Em observância aos princípios da celeridade, da efetividade e da economia processual, e considerando ali se consignar, no que relevante, a realidade processual até então desenvolvida, adota-se, como próprio, o relatório da sentença (fls. 160/163), a ele acrescendo o registro dos eventos subsequentes, conforme a seguir disposto. Irresignada, a Sentenciada interpôs Recurso de Apelação (fl. 204), arguindo, em suas razões (fls. 205/219), prefacialmente, a nulidade da prova, sob a alegativa de que fora obtida por meio ilícito; no mérito, postula a absolvição; subsidiariamente, desclassificação para o crime tipificado no art. 28, da Lei n.º 11.343/2006, bem como aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, do mesmo diploma legal, em sua fração máxima. Nas contrarrazões, pugna o Parquet pela manutenção do decisio vergastado (fls. 225/234). Parecer da douta Procuradoria de Justiça, pelo improvimento do Apelo (Id. 23418966 dos presentes autos). Após o devido exame dos autos, lancei este relatório, que submeto à apreciação do eminente Desembargador Revisor. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Apelação n.º 0500268–20.2018.8.05.0141 – Comarca de Jequié/BA Apelante: Priscila Nascimento Tose Defensor Público: Dr. Henrique Alves da Silva Apelado: Ministério Público do Estado da Bahia Promotor de Justiça: Dr. Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães Origem: 1ª Vara Criminal da Comarca de Jequié Procurador de Justiça: Dr. Aderbal Simões Barreto Procurador de Justiça: Dr. Daniel de Souza Oliveira Neto Relatora: Desa. Rita de Cássia Machado Magalhães VOTO Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por Priscila Nascimento Tose, insurgindo-se contra a sentença que a condenou às penas de 08 (oito) anos de reclusão, em regime

inicial semiaberto, e 100 (cem) dias-multa, no valor unitário mínimo, pela prática dos delitos tipificados no art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/2006, e art. 16, parágrafo único, inciso III, da Lei n.º 10.826/2003, na forma do art. 69, do Código Penal. A Sentenciada Priscila Nascimento Tose foi intimada da sentença, por edital (fl. 257 da ação penal de origem – SAJ 1º grau). Narra a denúncia (fls. 01/02) que, em 23/01/2018, por volta das 21h40, no Bairro Curral Novo, em Jequié, as Denunciadas Aline dos Santos Batista e Priscila Nascimento Tose foram presas em flagrante, a primeira Acusada, sob a acusação de portar 10 (dez) munições de calibre 38, e a segunda Ré, sob a acusação de guardar, em sua residência, cocaína, maconha, explosivos, emulsões de explosivos e espoletas de detonação, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Restou apurado que, em diligência realizada no Bairro Curral Novo, agentes policiais abordaram Aline dos Santos Batista, que conduzia uma motocicleta, tendo sido encontradas, no compartimento interno do referido veículo, 10 (dez) munições de calibre 38. Segundo Aline, tais objetos teriam sido pegos na residência de Priscila Nascimento Tose, localizada na Avenida dos Operários. Em seguida, a guarnição deslocou-se até o citado local, onde encontrou a Denunciada Priscila. Em busca efetuada no mencionado imóvel, no quarto de Priscila, os Policiais encontraram 08 (oito) explosivos de demolição, 94 (noventa e quatro) emulsões de explosivos grandes encartuchados, 01 (um) tablete de cocaína, 01 (uma) porção de maconha, 01 (um) coldre de revólver, 01 (uma) balança de precisão e 02 (duas) fitas adesivas. Em outro cômodo, na mesma casa, foram encontradas mais 05 (cinco) espoletas de detonação. Conforme as investigações, Priscila Nascimento Tose guardava o material em sua residência a pedido de Mateus Shrek, conhecido por integrar organização criminosa relacionada ao tráfico de drogas. Em suas razões de inconformismo, em apertada síntese, suscita a Apelante, preliminarmente, a nulidade da prova, sob a alegativa de que fora obtida por meio ilícito; no mérito, postula a absolvição; subsidiariamente, desclassificação para o crime tipificado no art. 28, da Lei n.º 11.343/2006, bem como aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, do mesmo diploma legal, em sua fração máxima. Preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal, conhece-se do Apelo. Prefacialmente, em que pese as alegativas formuladas pela defesa, inexiste nulidade a ser reconhecida. Conforme jurisprudência assente no E. Superior Tribunal de Justiça, embora o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, garanta ao indivíduo a inviolabilidade de seu domicílio, tal direito não é absoluto, pois, tratando-se de crimes de natureza permanente, mostra-se prescindível o mandado de busca e apreensão para que os Policiais adentrem o domicílio do Acusado. Acerca do tema, o Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário submetido à sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que, dentro da casa, ocorre situação de flagrante delito (RE 603.616/T0, Tribunal Pleno, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 10/5/2016). Na hipótese sob exame, conforme prova oral colhida nos autos, existiam fundadas suspeitas acerca do cometimento de crime no interior do domicílio da Apelante, diante da confissão da corré Aline, justificando o ingresso dos agentes policiais no referido local, independentemente de autorização judicial. Nos termos do Parecer Ministerial: “Ab initio, quanto à nulidade das provas obtidas por meio ilícito, qual seja, invasão de domicílio, vê-se que o art. 5º, XI da Constituição Federal dispõe que a casa é asilo

inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial. Na hipótese, as provas colhidas nos autos dão conta de que a residência da Apelante foi indicada pela corré, no momento da prisão em flagrante desta, como sendo o local onde estavam sendo guardadas drogas, explosivos e munições, o que configura o flagrante de crimes permanentes. Daí se afasta a ilicitude em decorrência da busca que resultou na apreensão de entorpecentes, munições e explosivos. Como se sabe, de acordo com a jurisprudência sedimentada em relação, não há que se falar em ilicitude das provas ou violação de domicílio nos crimes de tráfico de drogas e de posse ou porte de explosivos, vez que estes são crimes permanentes e a ação dos policiais se enquadra na disposição do artigo 302, inciso III, do Código de Processo Penal, flagrante delito. Segundo o entendimento jurisprudencial, torna-se dispensável o mandado de busca e apreensão, bem como o consentimento do seu morador para ingresso no domicílio, quando se tratar de flagrante delito, pelo que não cabe falar em ilicitude das provas obtidas ou em invasão de domicílio, haja vista caracterizada a situação de flagrância.” Sobre a matéria, confira-se o seguinte julgado: “HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. DOMICÍLIO COMO EXPRESSÃO DO DIREITO À INTIMIDADE. ASILO INVIOLÁVEL. EXCEÇÕES CONSTITUCIONAIS. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. INVASÃO DE DOMICÍLIO PELA POLÍCIA. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA. LICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS. ORDEM DENEGADA. [...] 3. O Supremo Tribunal Federal definiu, em repercussão geral, que o ingresso forçado em domicílio sem mandado judicial apenas se revela legítimo – a qualquer hora do dia, inclusive durante o período noturno – quando amparado em fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem estar ocorrendo, no interior da casa, situação de flagrante delito (RE n. 603.616/R0, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 8/10/2010). No mesmo sentido, neste STJ, REsp n. 1.574.681/RS. 4. Uma vez que havia fundadas razões que sinalizavam a ocorrência de crime e porque evidenciada, já de antemão, hipótese de flagrante delito, mostra-se regular o ingresso da polícia no domicílio do acusado, sem autorização judicial e sem o consentimento do morador. Havia, no caso, elementos objetivos e racionais que justificaram a invasão da residência, motivo pelo qual são lícitas todas as provas obtidas por meio do ingresso em domicílio, bem como todas as que delas decorreram, porquanto a referida medida foi adotada em estrita consonância com a norma constitucional. 5. Habeas corpus denegado. (STJ, HC 538.256/SP, Rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 12/02/2020). Isto posto, considerando que a ação policial se pautou em fundadas suspeitas para o ingresso na residência, não há que se falar em invasão de domicílio. Afasta-se, portanto, a sobredita preliminar. No mérito, não merece acolhimento o pleito absolutório. Na espécie, a materialidade e autoria delitivas restaram sobejamente demonstradas através do auto de exibição e apreensão (fl. 08), laudos periciais (fls. 36, 37, 38, 40/42, 62/64, 65/66, 67 e 68) e demais provas colhidas nos autos, merecendo destaque os depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação e a confissão da corré Aline dos Santos Batista – transcritos na sentença e reproduzidos a seguir: “As testemunhas, Edgar Almeida Gomes e Ualas Santana Protázio de Souza, Policiais Militares, arroladas pela acusação, confirmaram, em Juízo, seus depoimentos prestados em sede policial, e relataram, com detalhes, as diligências que culminaram com a prisão das

acusadas, Aline e Priscila, e a apreensão das munições, das drogas e dos explosivos, além de outros objetos correlacionados, havendo Aline sido abordada no bairro Curral Novo, quando estavam em rondas de rotina, em razão de saberem que ela era namorada de Mateus Shrek, líder de Organização Criminosa, encontrando no baú da motocicleta que ela usava, 10 munições de calibre .38. Disseram, ainda, os Policiais que Aline informou o local de uma residência onde teria pegado as munições, local onde foi encontrada Priscila, e, no interior da residência havia dinamite, drogas, maconha e cocaína, um coldre de arma de fogo, uma balança de precisão, e os detonadores, havendo Priscila dito que recebera uma certa quantia em dinheiro para transportar e guardar os materiais, quantia esta que seria paga por Mateus Shrek. Concluíram, dizendo que, em razão do ocorrido, as acusadas foram conduzidas e apresentadas na DEPOL, juntamente com o material apreendido, para o procedimento de praxe. [...] A ré, Aline, em seu interrogatório, confessou a prática do crime, descrito na inicial, confirmando que as munições estavam em sua motocicleta, e dizendo, ainda, que mostrou aos Policiais o local da residência de Priscila, onde foram encontrados os explosivos. [...]” A prova oral colhida durante a instrução encontra-se disponível no link descrito no documento de Id. 27057540. Oportuno registrar que a função de policial não afasta a credibilidade dos depoimentos prestados, mormente quando se apresentam coerentes e harmônicos com os demais elementos e circunstâncias colhidos dos autos, e quando oferecidos em juízo, sendo oportunizado o contraditório. Nessa esteira: “PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO DE DROGAS. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. No que tange ao pleito de absolvição ou desclassificação da conduta para o delito do art. 28 da Lei n. 11.343/2006, o acórdão combatido, ao manter a condenação pelo tráfico de drogas, consignou que o conjunto probatório aponta para a prática do crime, não somente em razão das substâncias apreendidas (56,59 gramas de “crack”), mas também diante da prova testemunhal. 2. Assim, para desconstituir o entendimento firmado pelo Tribunal de origem e concluir pela absolvição ou desclassificação do crime de tráfico de drogas para o do artigo 28 da Lei n. 11.343/2006, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. 3. Ademais, esta Corte tem entendimento firmado de que os depoimentos dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante são meio idôneo e suficiente para a formação do édito condenatório, quando em harmonia com as demais provas dos autos, e colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, como ocorreu na hipótese. Precedentes. 4. Agravo regimental desprovido.” (STJ, AgRg no AREsp 1877158/T0, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 14/09/2021, DJe 20/09/2021). (grifo acrescido). Vale lembrar que, para a configuração do crime de tráfico não se exige a efetiva prática de atos de comercialização da substância entorpecente. Pratica o delito de tráfico não apenas aquele que comercializa a droga, mas todo aquele que, de algum modo, participa da produção e da circulação de substância entorpecente. O tipo penal contido no art. 33, da Lei n.º 11.343/2006, é crime permanente, de ação múltipla e de mera conduta, sendo irrelevante a prova da traficância. São várias ações identificadas pelos diversos verbos e o delito se consuma com a prática de qualquer das hipóteses previstas. Sobre o tema, colaciona-se o seguinte aresto: “PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. TEMA NÃO DEBATIDO NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE

INSTÂNCIA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA CONDUTA DE USUÁRIO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. RÉU QUE DEDICA A ATIVIDADES CRIMINOSAS. REGIME FECHADO. RÉU REINCIDENTE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O pleito referente à ofensa ao princípio de inviolabilidade do domicílio não foi objeto de exame no acórdão impugnado, o que impede seu conhecimento, diretamente, por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. 2. A pretensão de desclassificação do delito do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 para o delito do art. 28 da Lei n. 11.343/2006 não pode ser apreciada por este Tribunal Superior, na via estreita do habeas corpus, por demandar o exame aprofundado do conjunto fático-probatório dos autos. 3. É firme o entendimento desta Corte Superior de que “o crime de tráfico de drogas é tipo misto alternativo restando consumado quando o agente pratica um dos vários verbos nucleares inserido no artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006, sendo a venda prescindível ao seu reconhecimento” (HC 382.306/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 7/2/2017, DJe 10/2/2017). [...] 7. Agravo regimental não provido.” (STJ, AgRg no HC 667.338/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/06/2021, DJe 21/06/2021). (grifo acrescido). Nesse ponto, vale transcrever trecho da sentença recorrida: “O depoimento testemunhal de policiais somente não terá valor se evidenciar-se que esse Servidor do Estado, por revelar interesse particular na investigação penal, age facciosamente ou quando se demonstra que suas declarações não encontram suporte e nem se harmonizam com os outros elementos probatórios. Sob esse aspecto, constata-se que os depoimentos policiais colacionados aos autos estão de acordo com as demais provas existentes, razão pela qual, encontram-se revestidos de suficiência para embasar um decreto condenatório. [...] A ré, Aline, em seu interrogatório, confessou a prática do crime, descrito na inicial, confirmando que as munições estavam em sua motocicleta, e dizendo, ainda, que mostrou aos Policiais o local da residência de Priscila, onde foram encontrados os explosivos. Quanto à ré, Priscila, não foi interrogada, por não haver sido encontrada em seu endereço, constante dos autos, havendo sido decretada a sua prisão preventiva, em razão do descumprimento de medidas cautelares que lhe foram impostas. Assim, os elementos probatórios, constituídos pelos depoimentos das testemunhas, arroladas pela acusação, bem como pela confissão da ré, Aline, são suficientes para dar conta da materialidade, autoria e responsabilidade criminal das acusadas, Aline dos Santos Batista e Priscila Nascimento Tose, nos delitos constantes da peça acusatória.” No caso, as circunstâncias em que se deram os fatos fornecem os elementos de convicção que concluem pelo acerto da condenação da Apelante pelos crimes tipificados no art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/2006, e art. 16, parágrafo único, inciso III, da Lei n.º 10.826/2003, não havendo, portanto, que se falar em absolvição. Inacolhe-se, também, o pedido de desclassificação do crime de tráfico de drogas para o delito tipificado no art. 28, da Lei n.º 11.343/2006. Destaca-se que não basta a simples alegação de que a Acusada seria usuária de drogas para que reste afastada, de plano, a imputação quanto ao delito de tráfico ilícito de entorpecentes, eis que não é incomum a figura do usuário-trafficante – aquele que se envolve na traficância para sustentar seu vício. Nos termos do § 2º do art. 28, da Lei de Drogas, para “determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o Juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos

anteriores do agente". Na hipótese vertente, como visto, a materialidade e autoria do delito de tráfico de drogas restaram sobejamente demonstradas nos autos, merecendo destaque os depoimentos judiciais das testemunhas arroladas pela acusação. Acerca da matéria, a jurisprudência: "DIREITO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTE. ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. SÚMULA Nº 630 STJ. IMPOSSIBILIDADE. REGIME FECHADO PARA O INÍCIO DE CUMPRIMENTO. REINCIDÊNCIA. 1. Efetivamente comprovadas a autoria e a materialidade do delito de tráfico de drogas praticado pelo réu, ante o conjunto fático-probatório constante dos autos, com apreensão de mais de seiscentos gramas de maconha, dinheiro em espécie e balança de precisão, não há que se falar em absolvição, devendo a sentença condenatória permanecer incólume. 2. Descabida a desclassificação do delito de tráfico para o de uso, quando restam devidamente demonstradas a autoria e a materialidade do tráfico ilícito de entorpecentes. 3. Conforme o enunciado da Súmula nº. 630 do Superior Tribunal de Justiça, não deve ser reconhecida a confissão espontânea quando o acusado confirma a propriedade da droga, porém alega que se destinava ao seu próprio consumo. 4. Em sendo o réu reincidente, além de ter sido a pena definitiva fixada em quantum superior a 4 (quatro) anos de reclusão, impõe-se a fixação do regime fechado para o cumprimento inicial da reprimenda, nos termos das diretrizes do artigo 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal. 5. Apelação criminal conhecida e desprovida." (TJDFT, Acórdão 1358077, 07168156120208070001, Relator: SEBASTIÃO COELHO, 3ª Turma Criminal, data de julgamento: 22/7/2021, publicado no PJe: 2/8/2021). (grifo acrescido). No que tange à dosimetria das penas, inviável qualquer reparo. Na primeira fase, o Magistrado singular fixou as penas-base no mínimo legal: 05 (cinco) anos de reclusão (para o crime de tráfico de drogas) e 03 (três) anos de reclusão (para o delito de posse ilegal de explosivos), tornando-as definitivas em razão da ausência de agravantes ou atenuantes, bem como de causas de aumento ou de diminuição. Em razão do concurso material, a Apelante restou condenada à pena privativa de liberdade definitiva de 08 (oito) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto. A pena de multa definitiva total foi estipulada em 100 (cem) dias-multa, no valor unitário mínimo. Requer a defesa o reconhecimento do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/2006, em favor da Apelante, todavia, não merece acolhimento tal pretensão. Cumpre lembrar que – conforme jurisprudência assente no Superior Tribunal de Justiça – mesmo em caso de Recurso de Apelação exclusivo da defesa, é possível que o Órgão Judicial de segunda instância, em razão do efeito devolutivo amplo da mencionada espécie recursal, inove na fundamentação utilizada nas etapas da dosimetria da pena, desde que a situação final do réu não seja agravada. Nesse sentido: "HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. SEGUNDA FASE DA DOSIMETRIA: IMPOSSIBILIDADE DE ATENUAÇÃO DA PENA AQUEM DO MÍNIMO LEGAL. SÚMULA N. 231/STJ. TERCEIRA ETAPA: MOTIVAÇÃO CONCRETA PARA A ELEIÇÃO DA FRAÇÃO DE 2/5 (DOIS QUINTOS) PARA EXASPERAR A PENA EM RAZÃO DA PRESENÇA DE DUAS MAJORANTES. EFEITO DEVOLUTIVO AMPLO DO RECURSO DE APELAÇÃO. REGIME FECHADO. GRAVIDADE CONCRETA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. [...] 2. Nos termos da jurisprudência pacífica de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça, mesmo em caso de recurso de apelação exclusivo da Defesa, é possível que o Órgão Judicial de segunda instância, em razão do efeito devolutivo amplo da mencionada espécie recursal, inove na fundamentação utilizada nas etapas da dosimetria da pena, desde que a

situação final do réu não seja agravada. [...] 5. Ordem de habeas corpus denegada.” (STJ, HC 729.380/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2022, DJe 06/05/2022). “AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. VIOLAÇÃO DO ART. 59 DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. VETORES JUDICIAIS NEGATIVADOS. CULPABILIDADE. MODUS OPERANDI. DESFERIMENTO DE INÚMEROS GOLPES DE FACA POR TODO O CORPO DA VÍTIMA. MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDOTA. FUNDAMENTO QUE, POR SI SÓ, AUTORIZA A EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE NA FRAÇÃO DE 1/6. AUSÊNCIA DE REFORMATIO IN PEJUS. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. [...] 2. Este Sodalício possui o entendimento de que, em razão do efeito amplamente devolutivo da apelação, pode o tribunal, ao julgar recurso exclusivo da defesa, apresentar nova fundamentação, desde que não seja agravada a situação do recorrente (AgRg no HC n. 499.041/SP, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 1º/7/2019). 3. A jurisprudência de ambas as Turmas da Terceira Seção deste Sodalício é firme no sentido de que o Tribunal de origem, ainda que no julgamento de recurso exclusivo da defesa, pode valer-se de fundamentos diversos dos constantes da sentença para se manifestar acerca da operação dosimétrica e do regime inicial fixado para o cumprimento da pena, para examinar as circunstâncias judiciais e rever a individualização da pena, desde que não haja agravamento da situação final do réu e que sejam observados os limites da pena estabelecida pelo Juízo sentenciante bem como as circunstâncias fáticas delineadas na sentença e na incoativa (AgRg no HC n. 437.108/ES, Ministro Antônio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 1º/7/2019). 4. Agravo regimental improvido.” (STJ, AgRg no REsp 1955048/PA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 26/04/2022, DJe 02/05/2022). Posto isto, passa-se à análise da pretensão de incidência da minorante. Nos termos do disposto no § 4º do art. 33, da Lei n.º 11.343/2006, os condenados pelo crime de tráfico de drogas terão a pena reduzida, de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), quando forem reconhecidamente primários, possuírem bons antecedentes e não se dedicarem a atividades criminosas ou integrarem organizações criminosas. Ao instituir o referido benefício legal, o legislador teve como objetivo conferir tratamento diferenciado aos pequenos e eventuais traficantes, não alcançando, portanto, aqueles que fazem do tráfico de entorpecentes um meio de vida. No caso concreto, houve a apreensão de 01 (uma) porção, em forma de tablete, de cocaína em pó, pesando 293,50 g (duzentos e noventa e três gramas e cinquenta centigramas) – fls. 37 e 65; 01 (uma) porção de maconha, acondicionada em uma sacola plástica, pesando 77,50 g (setenta e sete gramas e cinquenta centigramas) – fls. 38 e 66; uma embalagem de cartucho de arma de fogo, lacrada, acondicionando 10 (dez) cartuchos de arma de fogo; um coldre; 02 (dois) rolos de fita adesiva – fls. 36 e 68; 08 (oito) unidades de embalagens cilíndricas, conhecidas popularmente como “bananas de dinamite”, acondicionadas em invólucros plásticos com grampos metálicos nas extremidades; outras 04 (quatro) unidades de embalagens cilíndricas, conhecidas como “bananas de dinamites”; 05 (cinco) unidades de espoletas comuns não detonadas – fls. 40/42 e 62/64; e uma balança digital (fl. 67). Assim, as circunstâncias da empreitada delituosa são suficientes para demonstrar a dedicação da Apelante às atividades criminosas. Destarte, mantém-se incólume a sentença objurgada no que concerne à não incidência do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/2006. Finalmente, digno de registro que, embora a pena de multa definitiva imposta à Apelante tenha sido estipulada em 100 (cem) dias-multa, quantum inferior ao mínimo previsto para o crime de tráfico de

drogas, não é possível qualquer modificação do decisio recorrido neste particular, sob pena de ofensa ao princípio do non reformatio in pejus. Pelo quanto expendido, voto no sentido de conhecer do Recurso, REJEITAR A PRELIMINAR e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO AO APELO. Sala das Sessões, ____ de ____ de 2022. Presidente Desa. Rita de Cássia Machado Magalhães Relatora Procurador (a) de Justiça